



A expressão dos movimentos ambientais na atualidade: mídia, diversidade e igualdade¹

Katarini Giroldo Miguel²

Aluna regular do programa de Mestrado em Comunicação Midiática da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Bauru

Resumo

O movimento ambiental é um dos principais responsáveis pela proliferação das temáticas ambientais, tanto nos veículos de comunicação, como na agenda pública. Neste sentido, o presente artigo propõe a reflexão sobre a comunicação dos movimentos ambientais, as formas como se expressam na mídia e na cultura contemporânea. Para isso, discute-se a origem do movimento ambiental, a criação de sua identidade midiática e seu papel na diversidade de reivindicações da sociedade contemporânea. Para complementar a análise bibliográfica, foi feito um estudo de caso de uma organização não governamental ambiental do município de Bauru, Instituto Ambiental Vidágua, que atravessou a trajetória das novas tecnologias e tem nos veículos de comunicação o principal instrumento para difundir as problemáticas locais e conseguir se estabelecer como fonte de informação.

Palavras-chave

Movimento ambiental; ONGs; comunicação; mídia digital

Corpo do trabalho

1. Introdução

A temática ambiental está em ascensão. O assunto tornou-se mais evidente, passou a ser pauta dos meios de comunicação, e conseqüentemente, da agenda pública.

A problemática ambiental surgiu nas últimas décadas do século XX, como uma crise de civilização, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes.

¹ Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa Comunicação Científica - XXX Intercom – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² A autora é bacharel em comunicação social, com habilitação em jornalismo. Cursou extensão em jornalismo científico no Labjor/ Unicamp. Atualmente, é coordenadora do programa de comunicação do Instituto Ambiental Vidágua e aluna do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática, nível mestrado, pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp, campus de Bauru, na linha de pesquisa Gêneros e Formatos, desenvolvendo dissertação sobre os paradigmas da imprensa na cobertura das políticas ambientais. (k-miguel@uol.com.br)



Com isso, novas organizações da sociedade civil despontaram interessadas em um modo alternativo de relação sociedade e natureza. O movimento ambiental ganhou real impulso com a Conferência Rio 92. Foi a partir de então, que passou a ilustrar publicações, rádios e TVs como um novo ator social, que prega a diversidade e igualdade nas relações da sociedade.

Para Leff (2002) a crise do Estado e da legitimidade fizeram emergir uma sociedade em busca de um paradigma civilizatório. Assim, despontam os movimentos sociais e ambientais, que acabam por povoar a cena política, com novos valores, perspectivas e métodos. Além disso, o autor considera que estes movimentos evidenciam demandas de participação social e de luta pelo poder, ao abrir novos espaços de confrontação e negociação, relacionados à apropriação da natureza.

O movimento, que nasceu para defender a natureza, também desde sua fundação demonstrou um caráter midiático, que contribuiu com sua legitimidade na sociedade.

As ONGs (Organizações Não Governamentais) tornaram-se referência na questão ambiental, são exaustivamente procuradas como fontes de informações, formuladoras de conceitos, de novas diretrizes e pautas para a imprensa. E com isso, acabam contribuindo para o processo de informação ambiental. Mas esse processo não pode se homogeneizar, uma vez que o discurso de aparente diversidade do movimento, por vezes, vem de encontro a paradigmas antropocêntricos e positivistas, que são reiterados pelos veículos de comunicação.

A visibilidade conquistada, através do discurso propício para a imprensa, ganhou força com as novas tecnologias, em especial com o uso da Internet, vista por Castells (2003) como um meio ideal de interação e organização social.

Neste sentido, é necessário analisar como se dá a comunicação desses formadores de opinião no mundo contemporâneo, quais suas formas de expressão na cultura midiaticizada.

2. Questões conceituais

2.1 A diversidade e identidade do movimento ambiental

Os antecedentes das idéias ecológicas remontam ao século XIX, segundo Leis e D'Amato (1995), mas os conceitos só começaram a emergir no significativo contexto da



pós II Guerra Mundial, entre os anos 50 e 60. A WWF (O Fundo para a Vida Selvagem) a primeira ONG ambiental de espectro verdadeiramente ambiental, foi criada em 1961.

O assunto ganhou corpo com a publicação de *Silent Spring* (Primavera Silenciosa), o famoso livro de Rachel Carlson, que chamou atenção para a degradação ambiental. Já nos anos 70, Leis e D'Amato afirmam que o ambientalismo não governamental se institucionaliza nas sociedades americana e européia. A década de 70 foi marcada pelas críticas contundentes contra a industrialização, feitas pelo movimento ambiental, que começou a se consolidar. E é justamente nesta época que a questão ganhou relevância e passou a ser pautada pelos órgãos nacionais e internacionais.

Em 1971, o 1º relatório do Clube de Roma alertou para os limites do planeta, e vinculou o crescimento da população ao uso abundante de recursos naturais, em um debate malthusiano. A primeira Conferência Internacional para debater o Meio Ambiente Humano foi realizada no ano seguinte, em Estocolmo, e buscava soluções técnicas para os problemas ambientais. Na mesma década, foi fundada no Canadá, a maior e ainda mais conhecida organização não governamental ambientalista – o Greenpeace, caracterizado por suas ações estratégicas e amplos protestos para mobilizar a opinião pública. A ONG expandiu-se oficialmente em 39 países.

Aqui no Brasil, um pouco mais tarde, em 1986, foi firmada uma das organizações ambientais mais representativas, a SOS Mata Atlântica, que tem como principal objetivo preservar as áreas remanescentes da Mata Atlântica e valorizar a identidade física e cultural da região. Atualmente, segundo o CNEA (Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas), registro vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, o Brasil conta com 463 ONGs de cunho ambientalista. Isso sem contar organizações não legalmente estabelecidas ou que por eventuais razões, não constam no cadastro oficial.

Em sua fase fundacional, os movimentos ambientais se restringiram a combater a poluição e a apoiar a preservação de recursos naturais, sem aliar a temática social, mas a década de 80 revelou outros desafios, como a superação da pobreza, a participação e o controle social do desenvolvimento. Em 1987, foi criada a Comissão de Brundtland (presidida pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland) e surge a expressão desenvolvimento sustentável, como o desenvolvimento que corresponde às necessidades presentes, sem comprometer o desenvolvimento das futuras gerações. Para explicar o



conceito, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento escreveu o relatório “Nosso Futuro Comum” (1991), documento preparatório à Rio 92. A Conferência teve proporções gigantescas. Segundo Ramos (1996) pelo menos 250 organizações estiveram presentes, representando 185 países, além de 2 mil representantes de governo e 112 chefes de Estado. A questão ambiental, assim como os movimentos envolvidos na discussão, foram colocados nos holofotes da mídia. No levantamento do autor, 7 mil jornalistas, fotógrafos e técnicos cobriram o evento, representando agências de notícias, redes de TV e rádio, jornais e revistas.

Na opinião de Leis e D’Amato (1995) nos anos 90, o ambientalismo já estava projetado sobre as realidades locais e globais, com um perfil complexo e multidimensional, e grande capacidade de comunicação e apropriação das diversidades.

Mas a discussão sobre o desenvolvimento econômico e social permeava a questão ambiental. Assim, 10 anos depois, em 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), em Johannesburgo, queria integrar as agendas ambientalistas e desenvolvimentistas e reavaliar os compromissos firmados em 1992. O fator economia mostrou-se mais limitante que a natureza. As organizações não governamentais ganham força e se mostram mais profissionalizadas.

Com a realização destas conferências, Freire (2003) avalia que foi possível compreender que a questão ambiental é interdisciplinar, em que se entrecruza o conhecimento técnico científico, as normas e valores, o estético cultural, regidos por razões diferenciadas. Para ele, a solução dos problemas ambientais não é de natureza técnica, mas de uma opção político cultural e de um novo paradigma, que deve catalisar a formação de novos valores e promover a percepção em várias direções.

Para Leff (2002) os movimentos ambientalistas emergem justamente como transmissores de mudanças sociais por meio de conflitos que não podem ser resolvidos mediante os procedimentos jurídicos estabelecidos pelos paradigmas dominantes, ou mesmo pela estrutura jurídica e social. O radicalismo principiante do movimento deu lugar para ações mais tolerantes e diversificadas na opinião do autor. Atualmente, os movimentos ambientalistas mostram maior grau de flexibilidade, adaptabilidade, capacidade de resposta, se diferenciando da política institucionalizada. Leff analisa que o movimento adquiriu mais participação na defesa dos recursos naturais e assuntos políticos, para além das formas



tradicionais de luta por terra, emprego e salário, organizados em torno de valores qualitativos.

Martinez-Alier (2002, p.216) avalia que os “movimentos ambientalistas podem ser considerados como a expressão social de (algumas) externalidades não internalizadas”. Ele destaca que as organizações, na maioria das vezes, atuam em âmbito local, restrito, mas têm confiança justificada, porque os problemas localizados refletem mundialmente. E discutem questões transnacionais e interdisciplinares que vão desde o depósito irregular de lixo nos bairros à questões de Biopirataria e Protocolo de Kyoto.

O autor (p.219) define ambientalismo como “as ações desenvolvidas ou as preocupações expressas com relação às condições do meio ambiente em decorrência da ação humana”. Isto dentro de valores culturais pós-materialistas, que intencionam uma crescente sensibilidade quanto às questões ambientais, em especial nos países ricos, que podem minimizar o quadro de degradação com implantação de projetos mitigadores, enquanto países pobres não têm recursos para tais investimentos.

Na tese pós-materialista os movimentos ambientais são vistos em termos de mudança nos valores culturais, voltados para temas relativos à qualidade de vida, fora do âmbito do consumo material. Martinez-Alier avalia que países ricos influenciaram o ambientalismo dos pobres, mas as peculiaridades persistem, devido as condições econômicas e sociais. Ele cita, por exemplo, que enquanto nos países ricos a luta é por justiça ambiental, valores de qualidade de vida, os pobres têm a defesa da própria subsistência. Aqui no Brasil, vale lembrar reivindicações legítimas de preservação ambiental, em defesa da própria sobrevivência como o Movimento dos Atingidos por Barragens, dos Quilombolas e das Quebradeiras de Coco.

A divisão proposta pelo autor, entre ambientalismo de pobres e ricos, carrega uma conexão intrínseca, uma vez que os problemas ambientais são intercambiantes.

Mas Jacobi (2000) avalia que o movimento brasileiro sofreu forte influência dos ideários norte-americanos, no que se refere à adoção de um sistema de valores para reverter os impactos da civilização urbano-industrial, assim como da degradação ambiental provocada pelos empreendimentos humanos. Ele coloca ainda que, mesmo nos países emergentes, a prática do ambientalismo se restringe, na maioria dos casos, aos setores mais esclarecidos, compostos por pessoas vinculadas ao universo acadêmico, aos militantes de



partidos e setores profissionais, que foram justamente os que deram início ao movimento ambiental. Resta entender se mesmo estes movimentos sendo elitizados, fazem a representação da camada mais pobre da população, aliando preservação à temática social.

Para Jacobi, o movimento, pelo menos no Brasil, vem evoluindo e pode atender as demandas sociais. Ele avalia que o ambientalismo brasileiro tem assumido uma crescente influência na formulação e implementação de políticas públicas e na promoção de estratégias para o desenvolvimento sustentável, agregando setores socioambientais, científicos, culturais e empresariais.

Mas a forte influência e participação de atores provenientes dos setores políticos e econômicos, marcados por valores e práticas tradicionais, que visam manutenção do sistema capitalista, podem descaracterizar o movimento ambiental, como alertam Leis e D'Amato (1995). Para eles, o ambientalismo deve se constituir com um movimento vital, capaz de responder as crises ecológicas, atentos às questões sociais e culturais.

O fato é que as questões ambientais já estão incorporadas em grandes empresas, em plataformas políticas e em especial nos veículos de comunicação. Esta abrangência se deu, em partes, pela ascensão do movimento ambiental, amparada pela midiaticização do discurso ambientalista.

2.2 Cultura e mídia na expressão do movimento ambientalista

Para Leff (2002) a revolução industrial e a ciência moderna são vistas como principais desencadeadoras da problemática ambiental. E ainda o conhecimento fragmentado, a compartimentalização da realidade em campos disciplinares confinados para incrementar a eficácia do saber científico. A partir dessa premissa, iniciou-se, por parte dos movimentos ambientais, a busca por um método capaz de reintegrar estes conhecimentos em um campo unificado. Isto porque, a problemática ambiental que integra processos naturais e sociais não pode ser compreendida sem a interferência de diversas áreas do saber. “A problemática ambiental não só abre novas perspectivas para o estudo dos movimentos sociais, como também questiona e leva a reelaborar os conceitos fundamentais do materialismo histórico” (Leff, 2002, p. 84)

Para o mesmo autor (p.123) o discurso ambientalista, divulgado institucionalmente e pela mídia, insere-se numa estratégia de mudanças tecnológicas e sociais, que estimula



uma produção de conhecimentos e formas alternativas de organização social e produtiva. “O pensamento ambiental elaborou um conjunto de princípios morais e conceituais, que sustentam uma teoria alternativa do desenvolvimento”. Os movimentos pregam o holismo e a democracia participativa nos esquemas de organização social, e passaram a entender a interdisciplinaridade e o caráter social e cultural da questão ambiental.

Mas a diversidade dentro do movimento mostra também outras vertentes. Antigos paradigmas persistem, e são veiculados pelos meios de comunicação. No discurso da mídia, muitas vezes amparado por informações dos ambientalistas, a natureza ainda é vista de maneira dicotomizada, ou como algo hostil, lugar da selva de luta, sendo necessária a presença do Estado, ou como um local de harmonia e bondade, num contexto romantizado. A visão catastrófica é utilizada para chocar e sensibilizar, desprovida de explicações mais contundentes. O discurso do desenvolvimento sustentável, muitas vezes, é utilizado para gerar um consenso, uma solidariedade internacional sobre os problemas ambientais, apagando a responsabilidade política sobre a exploração da natureza.

A questão para Dutra (2000) é se de fato existe um discurso ecológico. Ele coloca que a origem deste discurso estaria nas visões dominantes de ciência, de capital e de gerenciamento. As noções de risco ambiental, por exemplo, são recorrentes na mídia, não apenas quando há referências às florestas tropicais e à perda de biodiversidade, mas também sobre desastres nucleares, ameaças de disseminação de produtos tóxicos no ambiente. Outros tipos de discursos avaliados por ele, elucidam a perda, nostalgia, perigo ou até mesmo extrema valorização.

Não há um único movimento ou discurso. Para Jacobi (2000) uma das características mais importantes do movimento ambientalista é a sua diversidade. Devido, segundo o autor, ao amplo espectro de práticas e atores, o que lhe confere um caráter multissetorial, que congrega inúmeras tendências e propostas, considerando valores como equidade, justiça, cidadania, democracia e conservação ambiental.

Na opinião de Castells (2002) avaliando a produtividade histórica dos movimentos sociais, por seu impacto em valores culturais, o movimento ambiental foi o que adquiriu o maior destaque, em parte por sua capacidade de se comunicar e por ter transpassado diversos setores da sociedade, atingindo plataformas políticas e empresariais. Mas ele alerta



que o movimento nem quer e nem pode ser considerado uniforme, ele tem sua forma de manifestação em cada país e cultura.

Para o mesmo autor (p.12) o movimento ecológico foi o que mais questionou as condições presentes de vida, e não há setor de lutas e reivindicações que o movimento ecológico não seja capaz de incorporar. “Sob a chancela do movimento ecológico, veremos o desenvolvimento de lutas em torno de questões as mais diversas: extinção das espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água”.

Castells define o ambientalismo como formas de comportamento coletivo que atuam no discurso e na prática para corrigir formas destrutivas de relacionamento entre homem e seu ambiente natural, mas com concepções diversas. O autor define a tipologia dos movimentos ambientalistas atuais em àqueles que preservam a natureza de maneira conservacionista, com objetivo de preservar a vida selvagem; os que fazem trabalhos regionalizados e defendem o próprio espaço, pregando a qualidade de vida; os que acreditam em uma ecologia profunda, vistos como os radicais, que negam a industrialização; os que querem salvar o planeta lutam pela causa ecológica e pregam a sustentabilidade; e por fim, os adeptos à política verde, que se preocupam com a preservação ambiental e se opõem ao poder vigente. Ele lembra ainda que o ambientalismo serviu como fonte de inspiração para contraculturas dos anos 60 e 70, que procuravam formas diversas de sobreviver, alternativas às relações já institucionalmente definidas pela sociedade, visando, neste caso, o respeito à natureza.

A cultura, inclusive, é uma grande aliada dos ambientalistas, que procuram conhecer as peculiaridades das comunidades locais e preservar também as tradições dos povos. Para Castells (p.159) “o ambientalismo suplanta a oposição entre cultura da virtualidade real, subjacente aos fluxos globais de riqueza e poder, e manifestação das identidades culturais ou religiosas fundamentalistas”.

O autor ressalta que a questão ambiental ganhou mais espaço, em virtude das publicações na mídia e porque o movimento ambiental demonstrou grande capacidade de divulgação, criando elementos propícios para matérias e reportagens. As organizações se adaptaram facilmente as condições de comunicação e aos novos paradigmas tecnológicos. Os eventos e ações ambientais são, muitas vezes, orientados para mídia, com imagens



atrativas, viagens pelo oceano, escaladas, trilhas, interrupção de cerimônias oficiais e outras ações diretas, que fornecem material atrativo para reportagens, além do apelo humanista das mobilizações, que tem grande aceitação da sociedade.

Para autores como Sousa (2000) o movimento ambiental, emergido na pós-modernidade e contrapondo à globalização, nasceu pela e para a mídia. Mas essa posição pode ser discutida.

Certas organizações, como o Greenpeace, têm como principal linha de atuação a divulgação de grandes atos e manifestações. Por outro lado, movimentos locais não centram sua atenção em um contexto midiático.

É certo que com a consolidação do ambientalismo, reconhecimento público e agregação da diversidade, multiplicam-se os canais de acesso a informações, o que se configura como estratégico para o movimento ambiental. E mais que isso. O crescimento em número e tamanho das ONGs, o ganho em visibilidade e legitimidade, possibilitaram a articulação, formação de redes e outras dinâmicas organizacionais para trocar informações, dividir tarefas e ampliar o alcance das iniciativas, como observa Jacobi (2000).

2.3 A mídia digital e a formação de rede na expressão do movimento ambiental

Cerca de 70% das ONGs ambientais do Brasil, cadastradas no CNEA (Cadastro Nacional de Entidades Ambientais) tem preocupação com a divulgação, ou pelo menos com a troca de informações e mantém *sites* institucionais e ou e-mails de correspondência. Isso porque, no Brasil, o acesso a Internet ainda é tímido.

Castells (2002) considera a Internet a ferramenta de comunicação preferencial para organizar e mobilizar o movimento ambientalista em todo o mundo. Por meio da Internet, o movimento se organiza, marca encontros, aprova moções, organiza conferências e manifestações. O surgimento da Internet, no final de década de 60, coincidiu com a formação dos movimentos ambientalistas, que posteriormente buscaram nesse instrumento um espaço de reivindicações, denominado pelo autor (2003) como libertário. Ele ainda lembra que movimentos de valores, como os ambientais, dependem da capacidade de comunicação, para conseguir recrutar apoio a causa e legitimar sua existência.

Castells (2002) comenta a relação ambígua que o ambientalismo teve com a ciência e tecnologia. A crítica inicial, feroz a tecnologia, se transformou em desenvolvimento do



conhecimento biológico informatizado, que auxiliam os movimentos. “Por um lado, há uma profunda descrença nos benefícios proporcionados pela tecnologia avançada (...) por outro, o movimento deposita muita confiança na coleta, análise, interpretação e divulgação de informações científicas” (Castells, 2002, p.154). Atualmente, as organizações contam com cientistas em seus quadros e passaram a se embasar na ciência para construção de seus discursos.

O fato é que o ambiente descentralizado que a Internet oferece, dinâmico, de alcance irrestrito, sem altos custos, sem a necessidade da utilização de papéis e impressão, auxilia a comunicação dos movimentos, tanto entre eles, como entre seus públicos, e vai mais além. Partidos, sindicatos, organizações não governamentais e até grupos guerrilheiros, ainda que eventualmente separados por estratégias e táticas de ação, descobrem no ciberespaço possibilidades de difundir suas reivindicações, de maneira irrestrita. Para Castells (2003, p.277) a Internet é “a estrutura organizativa e o instrumento de comunicação que permite a flexibilidade e a temporalidade da mobilização”.

As denúncias, pressões sociais, difusão de conceitos ocupam os *sites* institucionais, circulam entre os e-mails, entre os informativos eletrônicos e ganham ascensão.

Com apoio da dinâmica virtual, outras formas de comunicação se expandiram no seio do ambientalismo. Para Jacobi (2000) o ponto de inflexão do movimento ambientalista ocorre com a constituição de fóruns e redes, que têm importância estratégica para ativar, expandir e consolidar o caráter multissetorial do ambientalismo. Estas sistemáticas tiveram impulso na década de 80, com desenvolvimento de tecnologias de informação.

Mas Jacobi alerta que se trata de um processo bastante complexo, em virtude da sua heterogeneidade tanto organizativa, como ideológica. O autor (p.33) coloca que as redes ambientalistas potencializam as entidades na esfera pública como atores pluralistas e questionadores, “que exercem pressão, criam consciência ambiental, mas também são propositivos, visando reduzir os riscos de degradação das condições socioambientais, tanto em nível de atuação local, como regional e transnacional”.

As redes se fortalecem pela sua capacidade de instrumentalizar os alcances das novas tecnologias de informação e a sua influência nos processos decisórios. Isto porque como lembra Jacobi, as redes articulam demandas, unem esforços, disseminam denúncias, propostas e relacionamentos, através das tecnologias da informação.



Para Jacobi a expressão ambientalista, através de redes acaba por explicitar a riqueza intersubjetiva, organizacional e política do movimento, buscando consensos, tratados e compromissos de atuação coletiva.

A atuação em rede do movimento ambientalista encontra relações na sociedade em rede pregada por Castells (2002). Apoiada pela Internet, a sociedade em rede, acaba por formar novas identidades culturais, como lembra o autor, regidas pela vida sustentável, que visa reconstruir a sociedade global em bases ecologicamente viáveis e socialmente mais justas.

3. A comunicação do Instituto Ambiental Vidágua: um breve estudo de caso

Para ilustrar a discussão do presente artigo sobre a expressão dos movimentos ambientais na contemporaneidade, será apresentado um estudo de caso sobre as estratégias de comunicação de uma organização não governamental, Instituto Ambiental Vidágua, sem fins lucrativos e sem vínculo político-partidário, que atua desde 1994, na articulação da sociedade civil na defesa do meio ambiente.

A referida organização soube utilizar as ferramentas comunicacionais e aproveitar os espaços tecnológicos para legitimar e ampliar sua atuação. Fundada no município de Bauru (SP), com trabalhos inicialmente locais, utilizou a comunicação para expandir conceitos, projetos e acima de tudo, ganhar visibilidade na sociedade e conquistar apoiadores.

A organização foi fundada aproveitando o impulso da Rio-92, com objetivo de desenvolver projetos para contribuir com o desenvolvimento sustentável da região. Com isso, iniciou ações de reflorestamento de matas ciliares em córregos e rios localizados em Bauru.

O estatuto da ONG define que seus programas são voltados para a proteção, recuperação e preservação ambiental. Desenvolve ações de educação ambiental à população, trabalha com direito ambiental, recuperação de áreas degradadas, comunicação, difusão de informação ambiental e programas de voluntariado e estágio.

Os trabalhos ganharam visibilidade e abrangência com o auxílio de ferramentas tecnológicas que publicizaram a ONG, em especial, a mídia digital, escolhida devido a praticidade, baixo custo e largo alcance.



Em 1997, o Vidágua ganhou sua primeira página na Internet (www.vidagua.org.br) ainda hoje com o mesmo domínio, e iniciou um projeto de expansão, com divulgação massiva, participando de redes e fóruns a nível estadual e nacional. Como os recursos institucionais são escassos para produção de materiais impressos e postagens, a organização viu na Internet um meio para formular boletins informativos, manifestos, e difundir questões ambientais e institucionais.

Passou a fazer parte das principais redes de ONGs do país – Rede de ONGs da Mata Atlântica, Rede de ONGs do Cerrado, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais, Rede Brasileira de Informações Ambientais, Rede Brasileira de Educação Ambiental, atuando muitas vezes, como protagonista de manifestos. Criou por iniciativa própria a Rede Regional de Educação Ambiental, com principal objetivo de congregar professores da região para discutir, virtualmente, a questão ambiental em sala de aula. A Rede faz parte de um amplo projeto de capacitação de professores da rede pública em Educação Ambiental – o Programa Regional de Educação Ambiental (www.prea.org.br), outro *site* formulado e mantido pelo Instituto Vidágua.

Em 2000, a instituição idealizou, em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, o Programa Clickarvore, que permite o reflorestamento virtual de mudas nativas da Mata Atlântica, através do *site* www.clickarvore.com.br. O internauta planta virtualmente, árvores que serão efetivamente plantadas em áreas com projeto de reflorestamento, nos 17 Estados que possuem Mata Atlântica. Os plantios são financiados por patrocinadores do Programa.

O Vidágua tem assento no Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente) e conseguiu se inserir no cenário internacional. Participou de reuniões com Banco Mundial, em 2004, devido a sua constante atuação em redes ambientais, e em 2002, fez parte da comitiva que representou o Brasil na Conferência Rio+10, em Johannesburgo.

Além da sede em Bauru, a ONG conta desde 2005, com uma base no Vale do Ribeira, em Iguape, onde desenvolve o Programa Mata Atlântica, com trabalhos para a conservação do bioma, através do desenvolvimento sustentável das comunidades locais. Com a ampliação do trabalho, a importância da Internet ficou mais evidente, na medida em que funciona como o principal canal de comunicação entre a sede, em Bauru, e a base, no Vale do Ribeira.



O Instituto Ambiental Vidágua conseguiu se consolidar como a maior ONG da região centro-oeste do Estado de São Paulo, em projetos aprovados e ações realizadas. Por este motivo, é fonte constante de jornais, rádio e TVs da região. De acordo com o clipping da instituição, em 2005 foram 82 registros em um único jornal diário do município - Jornal da Cidade. Em 2006, 53 inserções no mesmo jornal, uma média de quatro registros por mês. Em nível nacional, os dirigentes da ONG deram entrevistas, em 2006, para os jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo, fora publicações especializadas em meio ambiente. Atualmente, a página virtual da instituição recebe 170 mil acessos diários. A principal ferramenta de comunicação formal e informal é o e-mail, com um Mailing composto por 670 nomes. Só em 2006, foram 153 solicitações de entrevistas e pedidos de informações ambientais, via Internet.

Os dados quantitativos e breves descrições evidenciam a importância das ferramentas de comunicação para ação de uma ONG do movimento ambiental, que teve início timidamente a nível local. As estratégias criadas pelo Instituto Vidágua de priorizar a comunicação virtual, a princípio não só ampliou a visibilidade entre seus públicos, mas também otimizou recursos.

Já o conteúdo e efetividade da comunicação realizada pelo Instituto junto ao seu público receptor, seria tema para um novo estudo. Mas não se desconsidera aqui, que trabalhando com mídias digitais, a ONG e outros movimentos com o mesmo perfil, podem estar deixando grande parcela da população, as margens da informação ambiental. Mas vale frisar que estas instituições, em especial, o caso estudado, também são pró-ativas - vão a campo ministrar palestras, cursos e oficinas, distribuem material impresso, justamente na tentativa de democratizar a informação. O entendimento da questão ambiental, toda sua diversidade e interdisciplinaridade, não podem ser privilégio da classe média de internautas.

Referências bibliográficas

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 2ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).

CASTELLS, M. Internet e sociedade em rede. In: D. de MORAES (org.), **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro, Record, 2003, p. 255-288.



CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. 4.ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

DUTRA, M.J.S. **Pensando em TV e Biodiversidade: Existe mesmo um discurso ecológico?** In: XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/4828/1/NP9DUTRA.pdf>
Acesso em: 26 /06/ 2006.

FREIRE, G. **Educação Ambiental – princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2003.

JACOBI, P. **Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas**. Disponível em: <http://www.repea.org.br/redesea/conceitos/rapartigopj2000.doc>. Acesso em: 02/05/2007

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEIS, H. R; D'AMATO, J. L.. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. P.77-103.

RAMOS, L. F. A. **Meio Ambiente e Meios de Comunicação**. São Paulo: AnnaBlume, 1996.

SACHS, W. (Coord.) **Justiça num mundo frágil: Memorando para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2002.

SOUZA, J.C.P.V.B. **Comunicação e movimento ambientalista: bactéria verde dentro do organismo global**. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2003
Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/17888/1/R1412-1.pdf>. Acesso em: 03/05/2007